



Raquel Freitas

## COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR

**D**e acordo com a doutrina NATO, CIMIC ou cooperação civil-militar, consiste na coordenação e cooperação, em apoio da missão, entre o comandante de uma força NATO e os actores civis, incluindo a população nacional e as autoridades locais, bem como as organizações e agências internacionais, nacionais e não-governamentais presentes no território. Esta componente do trabalho das forças no terreno permite criar ligações não só com as populações, mas também com outras entidades que desenvolvem vários tipos de actividade a nível nacional e local. Tais ligações podem assumir formas diversas de institucionalização que dependem em grande medida do mandato existente. O trabalho de cooperação proporciona excelentes oportunidades para a criação de impactos positivos, mas representa também alguns desafios ao nível da sua implementação.

O conceito de CIMIC, tal como proposto pela NATO é, no essencial, adoptado pelos países membros e também pela União Europeia, embora existam algumas variações a nível do conteúdo e dos mecanismos destinados a levar a cabo essa cooperação. As Nações Unidas, por seu turno, também aplicam o conceito de

cooperação civil-militar nas operações de paz, embora neste caso a sua operacionalização seja determinada pela componente humanitária das operações, no sentido de colocar os recursos, energia e empenho da componente militar ao serviço dos objectivos globais da missão.

Cooperação civil-militar implica um trabalho próximo dos actores civis, desenvolvendo sinergias e potenciando os efeitos positivos das várias acções no terreno, com base nas respectivas mais-valias de cada entidade. Exemplos de CIMIC vão desde ofertas direccionadas a casos de particular vulnerabilidade, até à distribuição de material médico, material de higiene pessoal, material escolar, ou apoio a infra-estruturas para o funcionamento comunitário. No âmbito da ajuda humanitária, os recursos militares têm sido utilizados de forma valiosa, apoiando na própria distribuição de alimentos e medicamentos, na disponibilização de infra-estruturas essenciais de emergência, evacuações de emergência, e procurando garantir o acesso em segurança a zonas remotas ou isoladas pela violência. Nalguns casos, os militares têm desempenhado papéis de intermediação e de congregação de esforços, já com uma preocupação





relativamente à sustentabilidade das acções desenvolvidas. Esse trabalho consiste na identificação de actores especializados na área da ajuda humanitária e da ajuda ao desenvolvimento, e no estabelecimento de “pontes” com as comunidades onde se verificam carências particulares que esses actores especializados possam estar em condições de suprir. Um exemplo notável deste tipo de cooperação foi desenvolvido no âmbito da presença militar Portuguesa no Afeganistão (ISAF), a partir do estabelecimento de contacto entre uma ONG Portuguesa de vocação humanitária (Assistência Médica Internacional) e uma comunidade local, o que veio a promover a construção de escolas e postos de saúde na região de Jalalabad.

É importante ter também em atenção que a cooperação civil-militar pela sua natureza implica muito mais do que a simples ligação e projecção de um determinado relacionamento com as entidades locais. Ela implica por vezes relacionamentos institucionalmente muito complexos com organizações internacionais e não-governamentais que têm princípios, mandatos e metodologias de intervenção muito distintos dos mandatos militares. As acções de coordenação e partilha de recursos e de informação são fundamentais para todos os actores envolvidos, uma vez que todos eles trazem mais-valias distintas, de onde podem resultar complementaridades importantes. No entanto é essencial que todas as partes saibam distinguir a diversidade de mandatos e de áreas de competência, sobretudo dada a natureza particularmente sensível da ajuda humanitária, que se rege por princípios como a imparcialidade, neutralidade e independência.

Por outro lado, há que notar que as acções CIMIC desenvolvidas directamente por militares junto das populações locais são em regra definidas de forma relativamente aleatória ou

regidas por critérios de visibilidade, dependendo de uma identificação de necessidades muitas vezes resultante da observação pontual que decorre do desempenho das funções de patrulhamento, sendo a afectação de recursos essencialmente feita com base na disponibilidade dos mesmos. É importante ter presente que as actividades desenvolvidas neste âmbito são de apoio à missão militar e não constituem acções de ajuda humanitária propriamente dita, a qual deve por princípio ser afectada com base na identificação tão sistemática quanto possível das necessidades locais efectivas.

Segundo muitos observadores, CIMIC é uma actividade que há muito faz parte das actividades das forças empenhadas no terreno, através dos seus elementos de ligação, embora se tenha desenvolvido de maneira relativamente informal e pouco estruturada. Presentemente, esta actividade começa a adquirir maior consistência e relevância, pelo peso que tem a interacção com as populações locais e com a multiplicidade de actores no terreno em situações de pós-conflito. A tendência previsível é no sentido de uma intensificação dessa interacção, a qual se deve ancorar em princípios claros.

Raquel Freitas, PhD

Investigadora em Ciências Sociais e Políticas (CIES-ISCTE)

Especialista nas áreas de Ajuda ao Desenvolvimento e Humanitária

E-mail: [raquel.freitas@eui.eu](mailto:raquel.freitas@eui.eu)

